



## **COMO ESTÁ CABO DELGADO? WEBINAR 5: O IMPASSE MILITAR – ACTORES E ESTRATÉGIAS**

No passado dia 1 de Setembro realizou-se o 5º webinar da série “Como está Cabo Delgado?” sobre o tema “Impasse militar: actores e estratégias”, contando com as intervenções de Yussuf Adam, Tom Bowker, Johann Smith e a moderação de Fernando Mbanze.

### **A LUTA DE LIBERTAÇÃO**

Não obstante a existência de múltiplas narrativas, a realidade é que a história oficial de Moçambique apresenta a Província de Cabo Delgado como o palco do início da luta de libertação nacional, com o ataque ao posto administrativo de Chai, a 25 de Setembro de 1964. Atravessando de Norte para Sul o rio Rovuma, a guerrilha foi-se alastrando no terreno, forçando a retirada da administração colonial em várias zonas do planalto de Mueda. Nas zonas libertadas, a administração civil e militar ficou a cargo da Frelimo, que construiu, junto da população, uma importante base social de apoio. Procurando isolar a população da influência da Frelimo, a tropa colonial implementou diversos aldeamentos a Sul do rio Montepuez (com acesso a água, saneamento e outras condições sociais), assim como uma série de bases militares perto das zonas de actuação da guerrilha, com vista a transformar uma guerra de movimento numa guerra de posições. Os suspeitos de pertença à Frelimo foram presos e torturados e, a esmagadora maioria, executada.

### **O CONFLITO RENAMO-FRELIMO**

Na sequência da independência de Moçambique, Cabo Delgado viveu, na década seguinte, um período de estabilidade militar. Contudo, a adopção de um modelo modernizador e autoritário de desenvolvimento rural, definido a partir do Governo central, traduziu-se em situações de deslocamentos forçados para constituição de aldeias comunais ou campos de reeducação, gerando ressentimentos entre a população.

Em meados da década de 1980 assiste-se aos primeiros ataques da Renamo na província, cujos guerrilheiros atravessam o Lúrio (de Sul para Norte), rapidamente espalhando-se por todos os distritos, sobretudo no Sul da província, onde foram desencadeadas as mais importantes intervenções armadas. Os guerrilheiros da Renamo não deixaram de

conquistar algum apoio da população, inclusive no planalto maconde. Com vista a proteger as suas instalações dos ataques da Renamo, a empresa algodoeira LOMACO, instalada no distrito de Montepuez, criou o seu próprio exército, com comandantes britânicos e mercenários Gurkas (oriundos do Nepal), envolvendo ainda soldados e milícias moçambicanas.

Após a celebração do Acordo Geral de Paz, a prioridade (inter)nacional direccionou-se para a ajuda ao desenvolvimento, assistindo-se a um desinvestimento nas Forças Armadas de Moçambique, até por desconfiança em relação à integração de militares da Renamo. A formação dos seus quadros assentou em dimensões clássicas de guerra, ignorando a gestão de conflitos não-convencionais.

No pós-guerra, a Renamo continuou a obter um amplo apoio popular em Cabo Delgado, particularmente no Sul da província e ao longo da costa. Esporadicamente, foram-se registando episódios violentos, sobretudo em períodos eleitorais.

## **O INÍCIO DA GUERRA DOS MACHABABOS**

Num contexto de desintegração da agricultura, de correntes migratórias para as zonas da costa, de forte pressão sobre terras, de limitação de canais de participação política, de violenta penetração do capital extractivo e de frustração de elevadas expectativas sociais, a partir de 2015 surgem notícias de presença de grupos armados, com um discurso associado a práticas islâmicas e que se tentam organizar como contrapoder em relação ao Estado.

Em 2017 registam-se os primeiros confrontos armados, com o ataque a alvos do Estado no município de Mocímboa da Praia. As Forças de Defesa e Segurança (FDS) responderam com violência. Contrariamente às expectativas iniciais, o conflito alastrou-se pelos distritos vizinhos e, três anos depois, o movimento consolidou-se no Nordeste de Cabo Delgado. Os insurgentes parecem operar em pequenos grupos e células, com capacidade de comunicação e treino militar.

O grupo é localmente designado de machababos, sendo maioritariamente composto por jovens oriundos de várias zonas do Norte de Moçambique, com especial incidência das zonas costeiras, incluindo tanzanianos de descendência moçambicana. Nos últimos anos assistiu-se a uma internacionalização do conflito, com a entrada de mercenários russos em apoio às FDS, assim como estrangeiros em apoio aos insurgentes. Algumas actividades do grupo são divulgadas pelo Estado Islâmico, clamando para si a autoria, numa guerra de propaganda.

## **A ACTUAL SITUAÇÃO DE IMPASSE MILITAR**

A partir de Março de 2020 assistiu-se a uma nova fase do conflito, com uma forte intensidade de confrontos dos machababos com as FDS e com civis, tendo-se havido ataques e ocupação das vilas sede de Mocímboa da Praia, Muidumbe, Quissanga e Macomia. Em Abril de 2020 os insurgentes ameaçavam Pemba, a capital provincial, e a vila de Mueda, dois importantes centros políticos. É neste contexto que entrou em acção o grupo DAG, passando a oferecer apoio aéreo aos militares no terreno, que passaram a dispor de veículos blindados adquiridos na China, em negócios não publicados. A comunicação social noticia apoios financeiros da indústria petroléira às forças de defesa e segurança que, alegadamente, não chegam aos soldados. Inseridas numa guerra de propaganda, surgiram notícias dando conta da tomada de bases inimigas, por parte das FDS.

Não obstante a contraofensiva desencadeada pelas FDS, os machababos continuaram a realizar as suas incursões por aldeias isoladas, ocupando, em Agosto de 2020 e pela quarta vez, a vila de Mocímboa da Praia, inclusive o porto, perturbando o abastecimento a todo o Nordeste da província.

A fuga da maioria da população contribuiu para a diminuição drástica de relatos sobre o que acontece no terreno. Mesmo assim, há notícias sobre o movimento de tropas para o Nordeste da província e a realização de emboscadas nos distritos de Muidumbe e Mocímboa. O apoio aéreo vem-se mostrando limitado, não só pelo reduzido período de operacionalidade (o reabastecimento mais próximo dos helicópteros é em Pemba), mas também pelo facto de o inimigo se esconder em casas e ruínas. Acrescem dificuldades em termos de assistência logística aos militares, de evacuação e tratamento de feridos, e de revelação do paradeiro de militares mortos e desaparecidos, frequentemente sem identificação. Neste cenário, o moral de muitos jovens membros das FDS é reduzido, também eles vítimas do conflito.

Os relatos dão conta da construção de trincheiras pelos insurgentes, para defesa de Mocímboa e do porto, esperando-se um ataque de grande envergadura para recuperação da vila. Da mesma forma, as cidades de Mueda e de Pemba permanecem sob ameaça de ataque.

A acção de guerrilha destes grupos apresenta semelhanças às tácticas de guerrilha da Frelimo e da Renamo, nomeadamente práticas de recrutamento compulsivo e utilização das populações para apoio logístico (armazenamento e transporte de armas, carregamento de bens roubados, alimentação). Em Mocímboa, Macomia e Quissanga foram saqueados armazéns alimentares, tendo sido, posteriormente, distribuídos bens alimentares à população, revelando a existência e tentativa de consolidação de uma base social de apoio. Não obstante os inúmeros relatos de interacção e convívio com a população local, os machababos distinguem-se dos movimentos de guerrilha anteriores pela maior brutalidade das suas práticas em relação à população, particularmente em termos de destruição de casas e de esarteamento de civis. Entre as vítimas do conflito

destacam-se as mulheres, constatando-se o rapto de centenas de jovens, usadas para apoio logístico e como escravas sexuais.

O facto de muitos populares não pactuarem com as FDS tem conduzido a retaliações violentas, expressas em relatos e vídeos que circulam pelas redes sociais. Tal como nos conflitos anteriores, a conduta das forças governamentais caracteriza-se, também, pela violência sobre a população. A violência das partes em confronto sobre civis e o facto de os projectos de gás permanecerem inatacados, desencadeiam inúmeros discursos, entre civis, acerca de uma alegada intenção de expulsão das populações, sem pagamento de indemnizações. A realidade é que uma vasta área do nordeste de Cabo Delgado está, hoje, inabitada. Mulheres e crianças estão claramente sobre-representadas nos campos de acolhimento de deslocados, pelo que investigadores e jornalistas questionam-se acerca do paradeiro de jovens adultos.

A dificuldade de compreensão do que se passa no terreno deriva da relutância do Governo em comunicar com a imprensa e com jornalistas, mesmo quando existe sucesso das FDS. A hostilidade das FDS em relação a jornalistas é evidente no desaparecimento, prisão e agressão de vários profissionais da informação em exercício da sua função, o que se traduz num grande receio em noticiar. Esta situação conduz a uma maior recorrência a relatos em segunda mão, fornecidos por testemunhas oculares, o que levanta sempre reservas em torno das informações obtidas. A realidade é que o recurso ao cidadão repórter traduz-se num maior acesso à informação acerca da guerra, pelo menos por comparação com os conflitos anteriores.

### **QUE PERSPECTIVAS PARA CABO DELGADO?**

O cenário actual leva a acreditar que se assistirá, nos próximos anos, a uma militarização total do Nordeste de Cabo Delgado, com todas as vilas e aldeias abandonadas e instituindo-se corredores de segurança, cenário catastrófico para a população civil. Os analistas no debate consideraram que o período normal para uma insurgência se tornar num problema grave é de aproximadamente três anos (estágio já atingido), sendo que o período de resolução do conflito tende a demorar entre 7 e 10 anos. Torna-se expectável que a actual geração de jovens moçambicanos seja sacrificada neste conflito. De forma a encurtar o período de conflito e evitar-se o sacrifício de mais gerações de moçambicanos, importa atender aos seguintes aspectos:

- Mais pesquisa: O trabalho de investigadores e jornalísticas (como de outros técnicos, nomeadamente de assistência humanitária) tem de ser considerado e importa que exista confiança e boa-fé por parte das autoridades em relação ao seu trabalho. Investigadores e jornalistas devem ser entendidos como cidadãos moçambicanos empenhados na compreensão e resolução do problema, pelo que não devem ser alvo de ameaças hostis;
- Os sindicatos e organizações de jornalistas, assim como toda a sociedade civil, devem ser mais organizados na condenação veemente dos obstáculos criados aos profissionais da informação e investigadores;

- Para se ganhar uma guerra importa existir uma boa relação com a população, pelo que a consideração e respeito pelos Direitos Humanos será condição importante para conquistar a confiança e a aliança das populações. Tal implica a criação de canais de comunicação com as populações, assim como a investigação e condenação de abusos de autoridade;
- Os reassentamentos das populações devem ser feitos adequadamente e satisfazer as necessidades da população, incluindo segurança e justiça.
- Reforço do desenvolvimento e integração económica do território: Uma vitória militar só será possível quando o país for economicamente mais inclusivo, pelo que importa um forte investimento em mais e melhores serviços públicos (educação, saúde, energia, etc.) e de apoio a actividades económicas. A ADIN poderá exercer um importante papel no Norte de Cabo Delgado.
- Repensar o modelo extractivo de desenvolvimento, assim como benefícios fiscais de grandes projectos, com vista a financiar os custos de segurança;
- Procura de soluções regionais para um conflito que é regional;
- Identificação de líderes locais carismáticos, inclusivamente entre insurgentes, e procura das suas ligações internacionais;
- Criação de mecanismos de diálogo, de interacção e tolerância entre grupos religiosos e facções rivais